

Iracema: um dizer que produz/faz fronteiras

Iracema: a saying that produces/makes borders

Élcio Aloisio Fragoso

Universidade Federal de Rondônia

Carlos Davis Barroso de Oliveira Júnior

Universidade Federal de Rondônia

Resumo: Este texto analisa, sob a perspectiva da Análise de Discurso Materialista, como Iracema de José de Alencar articula literatura e língua (nacional) no Brasil do século XIX. Destaca ainda a (in) distinção entre literatura e ciência no discurso romântico que trabalha essa relação formalmente. A textualidade de *Iracema* é interpretada como um espaço de constituição de sentidos nacionalistas, onde o encontro entre indígenas e colonizadores é romantizado, atualizando a região da memória colonialista e apagando (deixando suspensa) a historicidade indígena. A análise explicita como este discurso determina o imaginário nacional, tensionando ficção, ciência e memória na produção de sentidos.

Palavras-chave: Discurso Romântico; Identidade nacional; Língua nacional; Literatura; Memória colonialista

Abstract: This text analyzes, from the perspective of Materialist Discourse Analysis, how Iracema by José de Alencar articulates literature and (national) language in 19th-century Brazil. It also highlights the (in)distinction between literature and science in the romantic discourse that formally works on this relationship. Iracema's textuality is interpreted as a space for the constitution of nationalist meanings, where the encounter between indigenous people and colonizers is romanticized, updating the region of colonialist memory and erasing (leaving suspended) indigenous historicity. The analysis explains how this discourse determines the national imaginary, putting fiction, science and memory in tension in the production of meanings.

Keywords: Romantic Discourse; National identity; National language; Literature; Colonialist memory

Introdução: pontuando questões acerca da formulação ficcional em Iracema

A proposta deste trabalho é de promover uma reflexão em torno de um objeto de estudo específico, o literário, com base no dispositivo teórico-metodológico da Análise de Discurso. Dessa

forma, buscamos desenvolver uma análise deste objeto que, no círculo de discussões acerca da temática colonialidades e o pensamento anticolonial, pudesse trazer questões para os domínios da literatura e da língua no Brasil.

A literatura, de nosso ponto de vista teórico, é um discurso, é uma escritura em que uma posição política é explicitada e não ocultada. Esta é a relação que estamos fazendo entre nosso trabalho, a temática colonialidades e o pensamento anticolonial, elegendo a literatura como o espaço em que língua e história dão a forma material a este discurso. Nesta direção, entendemos que o discurso literário no século XIX toma partido em relação à língua nacional, formulando-a como natural, simples, libertada. Efeito de sentidos do colonialismo? Enfim, a literatura é um excelente lugar para observarmos estas questões relacionadas ao colonialismo, quando pensamos a constituição desse discurso no século XIX articuladamente à construção da língua nacional e da nação brasileira. Nossos pressupostos teóricos desenvolvidos neste trabalho acerca do discurso textualizado em *Iracema*, à luz da Análise de Discurso Materialista, desloca sentidos, institui um espaço polêmico das maneiras de ler o arquivo literário. Ler *Iracema*, enquanto um arquivo, hoje, ainda nos faz voltar a ele sem cairmos na ilusão de uma leitura única, espontânea, aquela gerida pelas instituições. Desse modo, como vai nos dizer Pêcheux (1994), seria do maior interesse reconstituir a história deste sistema diferencial dos gestos de leitura, subjacentes, na construção do arquivo.

Primeiramente, queremos esclarecer que este texto trata do saber literário construído sobre a língua nacional no século XIX. Desse modo, este saber literário introduz necessariamente um dizer que coloca em confronto a região da memória colonialista e a atualidade dita como nacional, pois entendemos que é nesta tensão, entre memória e atualidade, que todo discurso se constitui.

Nesse sentido, este texto busca contribuir com os estudos que diferentes teorias, tanto no domínio da literatura como da linguística, têm realizado acerca da colonização e de seus efeitos na língua, trazendo uma análise sobre *Iracema*, nosso objeto de pesquisa específico, para compreendermos como no processo discursivo romântico brasileiro as ideias linguístico-literárias estão historicizadas e significadas em relação à região da memória colonialista. Para isso, filiados à teoria da Análise de Discurso Materialista, produzimos uma reflexão com base no conceito de colonização linguística proposto por Mariani:

A colonização linguística resulta de um acontecimento na trajetória de nações com línguas e memórias diferenciadas e sem contato. Trata-se de um processo histórico de confronto entre línguas, com memórias, histórias e políticas de sentidos dessemelhantes, em condições assimétricas de poder tais que a língua colonizadora tem condições políticas e jurídicas para se impor e se legitimar relativamente à(s) outra(s), colonizada(s) (Mariani, 2004, p. 19).

A atualidade em que Iracema foi produzida, considerando a memória da língua e da literatura, levou Alencar a formular a ficção como um dizer que introduz a nacionalidade da literatura brasileira. Mas nessa ficção estão inscritos elementos da região da memória que movimentam sentidos colonialistas, não se tratando meramente de uma imaginação idealista de seu autor.

A questão que estamos colocando em relação à formulação e à textualização de Iracema sobre a nacionalização da literatura vai além de dizer que se trata simplesmente de um discurso de reivindicação de uma identidade nacional. Problematicamos também a relação entre ciência e literatura, no Brasil, na segunda metade do século XIX.

Ciência e literatura não são campos simples de se distinguir quando se considera a história do conhecimento relacionada à história da formação social brasileira. No século XVI, por exemplo, os relatos se apresentam como um lugar do conhecimento “verdadeiro” e como uma forma literária ao mesmo tempo. Ciência e literatura não se distinguem formalmente.

O que estes relatos nos permitem dizer sobre a historicidade dos conhecimentos e do modo como eles estão postos na formação social brasileira, então colônia portuguesa? Os limites entre história e literatura são tênues e são indistintos, mas por outro lado, havia a necessidade de se distinguir o que é verdade do que é mentira. No caso do Brasil, um mundo povoado de mistérios e de desconhecimentos vai sendo aos poucos “revelado” a partir do conhecimento europeu científico, religioso etc., ao passo que o modo de vida em sociedade praticado pelos nativos – sua relação com a floresta, com os rios, com as suas divindades etc. – é considerado mítico/folclórico e desse modo não entra em um discurso do conhecimento “verdadeiro”. Talvez também por isso os nativos tenham sido relegados a um discurso em que o inexplorável, o desconhecido e a fantasia funcionam como sendo objeto próprio do discurso literário. Esta ficção no discurso textualizado em Iracema é historicamente determinada. Um questionamento que fazemos é: por que a necessidade de fazer essa distinção entre verdade e mentira? De nossa perspectiva teórica, pensamos que se trata de uma questão de interpretação, que é de cunho ideológico. Em relação às línguas faladas pelos indígenas, é importante ressaltar que elas não servem apenas para contar lendas e mitos.

Literariamente falando, em Iracema, temos uma teorização formal em que uma lenda é, então, instituída como um dizer ficcional e textualizada em um gênero literário em que a poesia é formulada pela prosa, forma literária (artística) que é trabalhada e praticada por Alencar ([1865] 2017) em Iracema. Falar sobre o literário em Iracema, portanto, é tocar em todas estas questões que estão postas, o que, para nós, consiste em compreender os efeitos de sentidos inerentes a este discurso, em sua historicidade.

Desse modo, Iracema constitui-se em uma paráfrase do discurso do colonizador ao retomar o encontro entre o europeu e o indígena e significar este encontro romanticamente em que entra a ficção. Assim, em nosso entendimento, há a representação imaginária deste sentido e na forma textual com que o século XIX discursiviza este sentido.

Por que a ficção precisa entrar como conteúdo de um conhecimento que não representa a realidade objetiva, empiricamente falando? Entendida, assim, inerentemente ao literário, a ficção se contrapõe ao científico que pressupõe a neutralidade da linguagem na descrição do seu objeto de estudo. O imaginário do desconhecido, de um lugar que ainda não existe está produzindo (efeitos de) sentido no discurso de Alencar (2017) em *Iracema*.

Este imaginário do desconhecido é representado na forma de ficção em *Iracema*, não sendo, portanto, meramente fruto da “imaginação” do autor. Este mundo dos indígenas, desse modo, não existe, senão na forma da ficção, em *Iracema*. Por isso, quando analisamos o funcionamento discursivo literário, não basta nos restringirmos à ficção literária. Procuramos compreender, principalmente, por outro lado, a interpretação que a ficção sustenta com a textualização do político.

Na verdade, como estas coisas se definem, se estabelecem e funcionam em uma sociedade como a brasileira na segunda metade do século XIX? A ficção não é apenas a representação do “irreal”, da invenção ou da imaginação idealista do homem. Ela é historicamente determinada, ela tem um funcionamento social, ela tem uma memória.

Como é possível ler um texto ficcional (ou qualquer outro), sem que haja memória? Para assim o lermos é porque uma memória, diz-nos Pêcheux, “vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita” (Pêcheux, 1999, p.52).

Como a língua pode se referir ao sentido ficcional? Que referente é este? Como se dá a construção discursiva deste referente? Esta não é somente uma questão literária, mas de língua, de discurso. Como se dá a produção deste sentido? Que memória é esta que é atualizada por este sentido ficcional? Que referente é este que o discurso literário constrói? A língua precisa de um funcionamento próprio para isto. Estamos, então, falando de um discurso que tem um funcionamento social e histórico. De um discurso que faz parte da formação social e do modo dos sujeitos se individuarem na segunda metade do século XIX, no Brasil. E não se trata de um uso ou de uma função da língua simplesmente, mas de um funcionamento político, histórico e ideológico que representa este saber específico, o literário.

O discurso literário institui uma leitura subjetiva e idealista do e para o sujeito. Entretanto esta divisão social do trabalho da leitura opera na mais completa transparência: a cultura literária x a cultura científica. Dessa maneira, essas culturas alimentam a ilusão da realidade/objetividade e a ilusão de um mundo subjetivo/individual, em um só mundo. Quer dizer, queremos compreender como se constitui um dizer ficcional, no Brasil, neste dado momento da história da formação social brasileira, e em qual (ou em quais) memória este dizer se inscreve?

Da formulação do sentido ficcional na textualidade de Iracema: memória, discurso e língua

A lenda é representada imaginariamente no discurso textualizado em Iracema. Ela significa o objeto literário como ficção. Na formação social brasileira da segunda metade do século XIX, a história do indígena é narrada por esta região da memória lendária que é constitutiva do sentido de ficção literária no discurso textualizado em Iracema.

A ficção, certamente, já foi objeto de muitos trabalhos produzidos sob orientações teóricas as mais diversas tanto no domínio da ciência, quanto no domínio da própria literatura e do que aí se entende por ficção. Nesta pesquisa, o que faremos é realizar a leitura de um arquivo que na constituição de nosso corpus específico este serve menos para comprovarmos hipóteses (na forma de documento) e mais para compreendermos o gesto de interpretação que está posto, trabalho, segundo o que pensamos, a que se dedica o analista de discurso. Este é o nosso propósito nesta pesquisa: compreender a materialidade do discurso (literário) textualizado em Iracema, de José de Alencar. A ficção é um espaço de dizer que a burguesia abre para inscrever a liberdade individual criadora como inspiração na forma idealista da forma-sujeito (histórica) do discurso.

Nesta direção, encontramos em Iracema a produção de um conhecimento linguístico, ligado à arte, ou seja, a produção de um conhecimento em que vemos a língua articulada à literatura, no Brasil, na segunda metade do século XIX.

O Brasil, na segunda metade do século XIX, passa a ser objeto de estudo com o discurso naturalista. Ele passa a ser descrito objetivamente, efeito de sentido produzido por este discurso. Nesta linha de reflexão, a literatura interpreta o Brasil enquanto objeto de uma produção artístico-literária, isto é, de uma criação literária, ao passo que na ciência, o Brasil se torna uma realidade observável. São destas formulações que estamos tratando aqui e não de um conteúdo objetivo x subjetivo evidente.

Compreendemos a literatura brasileira na segunda metade do século XIX como a produção histórica de um conhecimento que articula linguagem e sociedade. Dessa perspectiva teórica, é preciso sinalizar a importância em se considerar as condições específicas de produção deste discurso para que possamos descrever e interpretar seus efeitos de sentido. Na textualidade de Iracema, vemos o discurso lendário construindo o referente para o literário. Este é representado imaginariamente como ficção no discurso textualizado em Iracema. Uma certa região da memória é constitutiva do sentido ficcional que é instituinte de uma memória discursiva nacional. Esta memória discursiva sustenta o sentido de exploração a que o Brasil foi submetido no período de colonização, e institui uma prática de apagamento dos povos indígenas e de suas línguas ao formulá-los imaginariamente pela ficção/imaginação e não pela instituição do sentido da crítica em que esses sujeitos fossem apresentados em seu modo real de existência.

Do ponto de vista ficcional, a nação brasileira não é apresentada por meio de um discurso “verdadeiro”, empiricamente falando. Entretanto, sabemos que, pela análise de Discurso, o discurso romântico não oculta a ideologia, pelo contrário, este discurso explicita efeitos de sentidos que resultam de uma formação discursiva dominante. O que estamos querendo compreender é como este sentido ficcional significa o Brasil em relação à constituição do objeto literário e do conhecimento produzido sobre ele. Isto que estamos dizendo, a nosso ver, reflete na política brasileira em que vemos esta memória discursiva da exploração se sobrepor em detrimento de um posicionamento crítico que considere o Brasil em sua real condição de existência.

Podemos dizer que em *Iracema*, o Brasil é historicizado com base em uma lenda, o que de maneira alguma significa dizer simplesmente que uma lenda foi contada. Uma interpretação é dada, pois, para nós, uma lenda é muito mais que uma narração de tradição popular. Esta lenda parafraseia a história contada pelo colonizador, sendo, portanto, muito mais que uma mera ficção ou imaginação. Esta história contada, a nosso ver, não é o resgate de uma tradição popular oral, mas a atualização de uma certa região da memória discursiva colonialista.

De uma certa forma, podemos afirmar que na textualidade de *Iracema* o discurso naturalista trabalha na constituição do objeto literário. Qual é o objeto literário e em que ele se distingue do objeto das ciências? Literatura e ciência se (in) distinguem e se distanciam em relação ao imaginário constitutivo da definição do objeto tanto de uma quanto de outra, no Brasil, na segunda metade do século XIX. Como nos diz Pêcheux (1994, p. 56), cada uma ignorando de uma maneira mais ou menos deliberada a própria existência da outra.

Neste trabalho, dedicamo-nos a analisar e a compreender o gesto de interpretação literário de Alencar (2017) na “composição de sua obra literária”, especificamente em *Iracema*. Entendemos, então, que, de acordo com este gesto de interpretação, o literário consiste no “fazer”, no “compor” e no “criar” enquanto que na ciência (consiste) em descrever seu referente (objeto) objetivamente, tornando-o observável, visível. Analisar o (objeto) literário e sua formulação na textualidade de *Iracema* consiste em observar a historicidade, isto é, o efeito de sentido posto em evidência pelo funcionamento ideológico do discurso materializado na língua.

Tomando como objeto de estudo a textualidade de *Iracema*, propomo-nos a analisar o processo de significação de uma literatura nacional descrevendo/interpretando o funcionamento discursivo da linguagem nesta textualidade, em sua materialidade. De uma forma mais geral, procuramos analisar como o discurso romântico brasileiro formula um dizer sobre a literatura nacional na textualidade de *Iracema*. Da posição sujeito, que já é parte das condições de produção, em que Alencar elabora o seu discurso em *Iracema*, temos o objeto literário posto em relação à singularidade da língua nacional.

A literatura, e o modo como ela está representada imaginariamente como nacional, ficcional e artística no discurso romântico brasileiro, de nossa perspectiva teórica, não é meramente o

lugar da ficção, da imaginação, ela é um espaço de saber e de produção de sentidos, que não é tão evidente assim. Este discurso formula esse saber de uma literatura nacional, que é historicamente determinado. Não é simplesmente de um discurso ficcional que estamos tratando, mas de um saber discursivo literário nacional que instala a ficção como seu modo próprio de funcionar e de se significar.

Se, como temos defendido aqui, é preciso analisar o processo de significação literário em Iracema, não estamos preocupados em comprovar se a literatura na segunda metade do século XIX é objeto de estudo (teórico) ou fruição. O que estamos perseguindo, por meio da materialidade (linguístico-histórica) de Iracema, é a historicidade dos sentidos relativos ao literário. O literário, da forma como ele está posto na textualidade de Iracema, parece produzir o efeito de sentido de que ele se distingue do científico por estar ligado à liberdade de criação artística e à fruição subjetiva e desinteressada de métodos e conceitos. Este literário cria um abismo em relação ao científico e uma tradição anticientífica. Nesta direção, a estilística abre para a constituição de um saber próprio que daria conta do literário (?) em que intervém o método científico, uma estilística da língua portuguesa. Interessante observar a relação entre literatura e estilística no movimento dessas ideias no Brasil (Fragoso, 2006).

A literatura é um saber que se constitui pelo ficcional, que, no caso do Romantismo, significa a idealização do país que não é o seu “real”. Uma história é narrada em Iracema e sentidos são produzidos com esta história. Os discursos produzidos pelo colonizador no século XVI por meio de relatos ressoam em Iracema no século XIX. Esses dizeres em Iracema não são fruto da imaginação do autor, mas resultam de uma certa região da memória que retoma sentidos da colonização. Temos, então, o ficcional produzindo efeitos de sentido ligados à forma idealista da forma-sujeito do discurso. Esta forma idealista do ficcional significa o Brasil de um certo modo e não de outro. Na ficção, a imaginação é função do imaginário e não de uma invenção idealista.

Desse modo, a ficção representa imaginariamente a idealização de uma nação e não os conflitos reais existentes na sua constituição histórica. O ficcional, em nosso entendimento, explicita a unidade ideológica burguesa e a univocidade do sentido na direção de uma forma idealista de nação, sem confrontos, sem conflitos etc.

Para nós, não existe um mundo real e um mundo da imaginação, empiricamente falando, podemos dizer, por outro lado, que os discursos literário e científico se distinguem e produzem efeitos de sentido diferentes. Eles não se opõem, eles fazem parte de um mesmo mundo em que o confronto e o conflito são apagados e colocados como uma questão de ficção x realidade. São dois funcionamentos discursivos que não devem ser entendidos como evidentes, mas como fazendo parte do modo de organização da sociedade brasileira, na segunda metade do século XIX. O que esta organização da sociedade brasileira nos diz da ordem destes dois discursos?

Como é que uma sociedade como a brasileira, na segunda metade do século XIX, se constitui considerando as formações ideológicas e as formações discursivas dominantes nas práticas discursivas e sociais à época?

Aqui, é válido lembrar que a ideologia para a Análise de Discurso não é ocultação das ideias; dito isto, e considerando o discurso romântico brasileiro, podemos afirmar que a ideologia burguesa dominante não oculta a ideia de um Brasil “real e verdadeiro”, antes, ela é uma estrutura que, ao mesmo tempo, explicita a dominação de um certo sentido (e não de outro) e apaga o caráter material do sentido, naturalizando-o. É dessa maneira que entendemos o funcionamento do discurso romântico brasileiro.

Perguntamo-nos: A quem caberia falar deste “real”? Que conhecimento é este que formula a ficção como algo a saber sobre o Brasil? Que relação este conhecimento estabelece com a sociedade, com os sujeitos da época? Que conhecimento é este que abre espaço para que o sujeito da posição de autor possa produzir um outro dizer comprometido com um saber específico sobre e no Brasil, sob o efeito do sentido ficcional? O sentido ficcional no Brasil significa articuladamente ao sentido lendário, na textualidade de Iracema.

O saber literário nacional é uma forma de conhecimento que se dá pela ficção, na segunda metade do século XIX. É em relação aos saberes construídos neste dado momento sobre a língua nacional que pretendemos observar a singularidade desta língua historicamente determinada, objeto de reflexão específico do saber literário nacional, tendo em vista o modo empírico como esta língua é trabalhada artisticamente em sua formulação na textualidade de Iracema. A língua (e sua poesia) é o objeto que a literatura busca, incessantemente, construir.

Com a textualidade de Iracema, temos uma teorização sobre a literatura nacional e a construção de um discurso sobre o processo de formulação deste próprio discurso, isto é, o movimento de sentidos que envolve a formulação do modo de dizer neste discurso. É visível da parte de Alencar (2017) a busca em dizer como é esta literatura.

Este saber literário nacional explicita a divisão do conhecimento científico no Brasil, o parcelamento das áreas do saber. O que discursivamente significa dizer que esta divisão do conhecimento é política. Ciência e literatura são saberes distintos, são interpretações distintas do real. Uma produz o conhecimento “verdadeiro” e a outra o “ficcional”. Estes efeitos de sentido, do que é logicamente estabilizado (ciência) e do que está sujeito à interpretação (literatura), colocam em funcionamento formas de conhecimento que são historicamente determinadas.

Dizeres sobre a língua: um saber literário sobre a língua nacional

A discursivização de um dizer sobre a língua nacional e sobre a nação brasileira constitui, para nós, um estudo referente à história da língua no Brasil, de modo que esta discursividade

produz certos efeitos de sentido para a língua nacional, não sendo, portanto, um mero estilo literário nacional. Ele constitui-se em um saber (discursivo) literário sobre a língua nacional que se distingue de outros saberes do conhecimento. Ele se faz pelo viés do discurso naturalista.

Desse modo, a nosso ver, é de suma importância descrever/interpretar a literatura no âmbito dos estudos sobre a linguagem. No caso dos estudos sobre a história da língua no Brasil, a literatura constitui-se em um espaço de reflexão em que a língua é concebida em função do artístico e do poético, que dão a forma histórica desse saber: o literário.

Não lemos a textualidade de Iracema em busca de um conteúdo lendário, mas, sim, para observar a definição do objeto de estudo específico relativo à literatura (poesia) nacional e a construção deste saber discursivo que se institui em oposição ao saber científico. O que significa narrar uma lenda como um conteúdo literário, na segunda metade do século XIX, mais que isso, como um conteúdo literário nacional ficcional/fictício? Não realizamos uma análise de conteúdo, mas fizemos uma análise discursiva da materialidade linguístico-histórica configurada na textualidade de Iracema.

Notamos que se nos relatos dos séculos XVI e XVII somos falados pelo discurso do colonizador, na narrativa dessa lenda deslocamo-nos de objeto para sujeito deste discurso, autores dessa história, conhecedores dessa nação, de sua história (e da história de seus habitantes). Entretanto, uma certa região da memória colonialista continuará produzindo seus efeitos de sentido na textualidade de Iracema, de Alencar. Contradição constitutiva do discurso, que é colocado em texto em Iracema. Destacamos que a narração de uma lenda ganha estatuto de literatura, na segunda metade do século XIX, por fazer ressoar uma região da memória de sentidos relacionada à história da colonização deste país. Na narração desta lenda, temos também a produção do efeito de sentido da língua nacional e a construção de um saber literário sobre essa língua. Vislumbra-se com a textualidade de Iracema um conhecimento histórico, antropológico, linguístico e literário que começa a se distinguir em termos de ciências humanas, no Brasil.

No entanto, é preciso destacar a diferença entre os relatos que os missionários e os viajantes produziram sobre o Brasil nos séculos XVI e XVII e a literatura produzida no século XIX. Ressaltamos que, neste trabalho, estamos tomando a textualidade de Iracema como nosso objeto de estudo (análise). A narração enquanto forma de discurso não tem o mesmo estatuto quando pensamos os relatos produzidos nos séculos XVI e XVII e a prosa poética da textualidade de Iracema na segunda metade do século XIX. Orlandi (1994), procurando compreender a relação entre narração e descrição na formação e desenvolvimento de um país de colonização como o Brasil, vai nos dizer:

Nos trabalhos que desenvolvemos (*Terra à vista!*, 1990) pudemos ver como os relatos (recits/rapports) dos missionários e dos viajantes produziram sentidos sobre o Brasil de uma maneira particular. Eles permitem aliar religião, política e conhecimento, colocando os habitantes do país nascente sob o governo europeu, seja sob a forma da obediência a Deus, seja sob a forma do assujeitamento ao Estado, ou sob a forma da submissão ao saber.

Quanto a este aspecto, é interessante observar que a ambiguidade do uso indistinto, nos séculos XVI e XVII, pelos missionários franceses, das palavras *rapport/relation* para relato (*récit*) atestam a fragilidade dos limites entre ciência e ficção (literatura). Num país em que tudo é novo é difícil saber o lugar dessa diferença, uma vez que o imaginário ainda não trabalha a sua distância. No século XVIII a distinção *rapport* (relatório)/*relation* (relato) já prenuncia a relação formal da literatura com as ciências humanas.

De todo modo, um efeito maior domina essas relações discursivas. É o efeito que faz com que a partir da memória europeia já estabelecida, se possam atribuir sentidos a um mundo ainda sem sentido, cuja memória não conta pois não tem uma escrita que a configure em confronto com a memória escrita europeia (Orlandi, 1994, p. 47).

Para a autora:

os discursos sobre o Brasil, produzidos no contato dos europeus com o Novo Mundo, sofreram, no século XIX, uma transformação radical. Trata-se da passagem da **narr****ação** para a **descrição**, sendo que esta transformação corresponde a outras de natureza diversas (Orlandi, 1994, p. 47).

Alencar (2017), como veremos mais à frente, realiza um estudo metalinguístico sobre a língua dos indígenas na textualidade de *Iracema* com as notas de rodapé. As notas especiais (de rodapé) que aparecem descritas (a descrição é a forma discursiva, cujo funcionamento explicita a formulação de um modo de dizer científico) na textualidade de *Iracema*, “completando” este discurso, dão conta de que Alencar (Idem) fazia um estudo descritivo da língua dos indígenas, elaborando um glossário dessa língua que, de nossa perspectiva teórica pode ser visto como a construção do imaginário científico no Brasil, ou seja, a construção de um inventário sobre a língua dos indígenas por meio de uma descrição dessa língua. A descrição etimológica da língua dos indígenas na forma de notas (especiais) de rodapé representa, para nós, muito mais que notas que moldam as imagens e o pensamento indígena, ela representa imaginariamente esta língua. Este imaginário se confronta com o imaginário da língua portuguesa.

O autor destaca que o poeta brasileiro precisa ter o conhecimento da natureza, dos costumes selvagens e da língua indígena. De nosso ponto de vista, a constituição de um discurso sobre as “características” do Brasil configura um dizer científico, que, no século XIX, torna-se visível e que se formula em termos de saber, de conhecimento. O que estas notas, o prefácio e a carta ao Dr. Jaguaribe estão fazendo ali às margens da textualidade de *Iracema*? Evidente que não são somente acréscimos, anexos ou complementos. Eles fazem parte do processo de constituição e de formulação deste discurso e não devem ser lidos como transparentes, mas, sim, em relação ao processo de constituição da língua nacional e de construção de um saber sobre ela. Estas notas de rodapé nos encaminham para a reflexão sobre a construção do imaginário do discurso científico, já que a descrição é fundamental para ele (Orlandi, 1996, p. 49).

A descrição, no século XIX, vai desempenhar este papel de cientificidade. Os longos relatos e os relatórios dos viajantes missionários (do século XVI) vão ceder seu espaço para as exaustivas descrições e aos diários de campo, no século XIX, conforme afirma Orlandi (Idem). Ou seja,

podemos ler estas notas (de rodapé) na textualidade de Iracema enquanto a construção desse imaginário do discurso científico no Brasil na segunda metade do século XIX que descreve/classifica os objetos, seja da fauna, da flora ou das línguas, dos habitantes e das raças. Literatura e ciência estão ocupando o mesmo espaço (in) distintamente em Iracema, mas ao mesmo tempo são dizeres que não se misturam, cada um em sua discursividade, na ordem do dizer.

O processo de gramatização do português brasileiro (Guimarães; Orlandi, 1996) na segunda metade do século XIX, que de nossa perspectiva teórica inclui a constituição do saber literário, se dá, como sabemos na conjuntura própria de construção da língua e do Estado nacional. E isto já foi abundantemente estudado desde a institucionalização de um Programa coletivo de pesquisa e interinstitucional da História das Ideias Linguísticas no Brasil, na década de 1980, sob a liderança da pesquisadora Eni Orlandi. Dito isto, e voltando para o processo de gramatização do português brasileiro (Idem), vemos que o discurso científico sobre a língua explicita suas fronteiras com os saberes metalinguísticos (gramática e dicionários), por um lado, e com o saber literário, por outro lado.

Em relação ao processo de gramatização (Auroux, 2014) do português brasileiro (Guimarães; Orlandi, 1996), no século XIX, temos que estas notas que aparecem “completando” o discurso lendário textualizado em Iracema, assinalam à existência de um glossário, indício de um instrumento linguístico que dá visibilidade para a língua nacional, isto é, um instrumento para a poesia nacional, visto que para Alencar (2017), a poesia nacional devia “expressar” a naturalidade da fala do indígena. Esta naturalidade constitui a materialidade da língua nacional, praticada pela literatura, por meio da forma discursiva da prosa poética, na textualidade de Iracema. As notas constroem, discursivamente, o referente para a língua nacional relativamente a sua naturalidade. É como se o estado natural da língua dos indígenas fosse a identidade (im) possível da ordem significante da língua nacional.

Medeiros (2019), refletindo sobre as notas de rodapé em dois textos indianistas de Alencar, O guarani e Iracema, assinala que estas notas explicitam um intenso labor lexicográfico, compondo glossários sobre a língua. E a autora acrescenta que:

grande parte dos verbetes pode ser lida independentemente do texto, o que nos autoriza pensar que funcionam como dicionário bilíngue de língua indígena para língua portuguesa, revelando, assim, um trabalho de gramatização de línguas indígenas (Auroux, 1989, 1992) na relação com a língua portuguesa (Medeiros, 2019, p. 366).

Nesse sentido, a textualidade de Iracema constitui-se em um espaço de produção de conhecimento do e sobre o Brasil. Enquanto obra literária, interpretação que está posta historicamente à Iracema, a história é diluída e até mesmo apagada, uma vez que é como uma criação artística, cuja obra literária é o produto, que Iracema, em sua textualidade, interpreta e representa

imaginariamente o modo de existência e a língua dos indígenas. Assim, o artístico apaga outras interpretações possíveis em função desse imaginário que vê o indígena e o modo como ele se expressa em seu estado primitivo. Desse imaginário, é impossível olhar para a colonização na história e compreender qual interpretação está posta para desnaturalizá-la. O artístico, a nosso ver, do modo como ele está significando o literário (ou vice-versa) na textualidade de *Iracema* apaga a interpretação do colonizador, ao mesmo tempo que a sustenta ao se apresentar como uma “tradução” das ideias dos indígenas (vale dizer, “rudes e grosseiras”, anota Alencar (2017)). Nosso trabalho procura apresentar uma leitura que analise criticamente o gesto de interpretação artístico que está posto na textualidade de *Iracema*. E o nosso esforço tem sido o de formular teoricamente este gesto de leitura e o efeito-leitor, historicamente determinados, que sustentam esta interpretação literária, artística.

Que objeto de conhecimento é este, o literário, que a textualidade de *Iracema* recorta na fronteira com o saber científico, distinguindo-os, na segunda metade do século XIX? Estamos nos esforçando em fazer uma leitura sobre o literário, a fim de determinar o dizer que se institui na textualidade de *Iracema*. Não é tão simples assim definirmos o que é e o que não é literário em um determinado momento da história, quando entendemos a linguagem discursivamente. O literário, para nós, não é uma questão de forma e conteúdo. Na segunda metade do século XIX, a literatura precisava se afirmar como um saber que se formulasse como liberdade de criação e que não obedecesse às regras clássica. Isto estava posto, discursivamente falando. Um saber que fosse distinto do científico. Desse modo, ganhava força esta posição sobre a fruição subjetiva e desinteressada de métodos e conceitos. Sobre a fruição, Souza (2007) acrescenta:

Com isso, a reflexão sobre a literatura se afasta do normativismo, orientando-se para atitudes mais especulativas; daí o aparecimento das mais diversas teorias, empenhadas em propor explicações adequadas para os rumos tomados pela produção literária romântica e pós-romântica, crescentemente diversificados e destoantes de padrões preestabelecidos (Souza, 2007, p. 16).

Enfim, que saber é este que se define nas fronteiras do saber científico e que se formula pela ficção, pela criação?

A nosso ver, a textualidade de *Iracema* funda uma discursividade literária em que o modo de existência do objeto literário parece ser regido pela própria maneira como se fala dele. O literário é objeto de um discurso que na textualidade de *Iracema* produzirá a (in) distinção entre a literatura e a ciência no Brasil na segunda metade do século XIX.

Alencar (2017) adianta em seu discurso (textualizado em *Iracema*) sobre a necessidade (a urgência) de se desenvolver um conhecimento local das questões próprias do Brasil (um estudo da vida selvagem dos autóctones brasileiros, nas palavras deste autor). Ele afirma que “o conhecimento da língua indígena é o melhor critério para a nacionalidade da literatura” (2017, p.

81). Mais adiante, o autor acrescenta: “Se a investigação laboriosa das belezas nativas feita sobre imperfeitos e espúrios dicionários exauria o espírito; a satisfação de cultivar essas flores agrestes da poesia brasileira, deleitava” (Idem, p. 82). Iracema constitui-se, então, em um espaço em que este conhecimento se torna visível em sua textualidade, transbordando para suas notas (pois nelas encontramos um estudo etimológico dos vocábulos indígenas). Ele também menciona a respeito da necessidade de se realizar um estudo sobre a natureza brasileira, os costumes selvagens e a língua indígena, conforme já enfatizamos.

Vale dizer que estes conhecimentos serão construídos a partir de ideias naturalistas, que têm uma história. Dessa forma, a literatura não é mera e puramente ficção, ela é um saber em que temos o sentido da ficção formulado historicamente. Não somente vemos na textualidade de Iracema a construção de uma escrita/escritura da língua nacional, como, também, encontramos nela a produção de um conhecimento acerca da literatura nacional, de um saber literário nacional, ou seja, da constituição histórica dessas ideias literárias no Brasil.

Qualquer uma das notas explicita o trabalho de Alencar (2017) em que, mais do que trazer a descrição etimológica de um termo ou expressão – sua descrição literal, o autor está, na verdade, de sua posição discursiva, interpretando e tomando partido em relação à língua nacional. Estas notas dão a conhecer como é esta língua. É preciso dar a conhecer este Brasil – seus habitantes, suas línguas, suas tradições e costumes. Desse ponto de vista, as notas constituem o pré-construído para ler a textualidade de Iracema. Esta memória outra confronta-se com a memória da língua portuguesa:

IV. Iracema — Em guarani significa lábios de mel — de ira, mel e tembe — lábios. Tembe na composição altera-se em ceme, como na palavra ceme-iba.

Pág. 17/18, I. Graúna — É o pássaro conhecido de cor negra luzidia. Seu nome vem por corrupção de guira — pássaro, e una, abreviação de pixuna — preto.

(...)

V. Mau espírito da floresta — Os indígenas chamavam a esses espíritos caa-pora; habitantes da mata, donde por corrupção veio a palavra caipora, introduzida na língua portuguesa em sentido figurado (Alencar, 2017, p. 75 e 76).

Nestes recortes, fica visível que os autores românticos não são apenas autores do que escrevem, mas eles estão inscritos em um processo que envolve a descrição/interpretação de um saber relativo à língua nacional, na história. Este saber não significa apenas a elaboração de um estilo literário nacional, ele deve ser visto como fazendo parte da história da língua no Brasil, pois ele constitui-se em um espaço de dizer, historicamente determinado, sobre a questão da língua

em um dado momento da história. Ele descreve no campo teórico o que (não) se disse sobre a língua à época: as formulações das posições, das críticas, das concepções face à língua no Brasil. Interessante de observar como na literatura os saberes cabem como um todo, diferentemente da ciência que, no seu discurso, parcela os saberes (Barthes, 2004).

Na segunda metade do século XIX, o saber literário explicita um conhecimento produzido sobre a ficção no Brasil. Portanto, não estamos falando de um conteúdo ficcional, representado em formas literárias, mas de um efeito de sentido da ficção e de seu caráter material. Por isso, em nosso entendimento, a construção dos saberes deve ser compreendida em relação às suas condições de produção. Compreender a historicidade da ficção em *Iracema*, e não ficar na evidência da imaginação, no idealismo ficcional, é descrever as relações de sentido como resultado das relações de produção.

São saberes que vão se delineando e se distinguindo ao constituírem seus próprios objetos e o modo de concebê-los. Nesta direção, a literatura instituída enquanto um tipo de arte específico que trabalha de um certo modo com a palavra escrita, logo com o linguístico, constitui-se no Brasil, na segunda metade do século XIX, na busca por estabelecer uma poesia nacional representante da língua desta nação. Ela é praticada como arte na textualidade de *Iracema*. Trata-se de uma prática discursiva e social que tem implicações política e ideológica.

O literário: um objeto (im) possível de ser estudado (?)

Vale, entretanto, frisar que, na segunda metade do século XIX, no Brasil, o discurso romântico explicita a divisão social do trabalho da leitura que distingue o literário do científico, o subjetivo do objetivo, a ficção da realidade, enfim a literatura da língua. O que está posto com esta divisão? Na esteira de Pêcheux (1994), diríamos que a literatura e a ciência se excluem mutuamente.

Nossa pesquisa, que inclui outros estudos que realizamos como a nossa dissertação de mestrado (Fragoso, 2001), debruça-se sobre este objeto e visa refletir sobre essa separação, isto é, busca trabalhar neste entremeio. O que essa separação apaga em termos de dominação ideológica ao negar a interpretação, naturalizando-a enquanto, de um lado, a “neutralidade” na ciência e, de outro lado, a “subjetividade” na literatura? Para nós, trata-se antes, de sentido, de interpretação, de sujeito e de ideologia.

A literatura e a ciência se constituem em saberes que se (in) distinguem por meio de uma exclusão mútua. Enquanto a literatura estabelece a sua independência pela subjetividade, reivindicando imaginariamente um conteúdo “livre” de regras e desinteressada de conceitos e métodos, a ciência, por sua vez, em direção oposta, defende metodologicamente a suposta neutralidade e objetividade em relação ao estudo (à descrição) de seu objeto. Ambas são arquivos que precisamos reconstruir a história dos gestos de leitura subjacentes na sua construção.

Se esta separação real existe, e ela é/está colocada como “evidente” para os nossos olhos, por outro lado, é nesta evidência que queremos mexer neste trabalho, trazendo uma reflexão que desestabiliza estes lugares constituídos para se falar da literatura e da ciência, compreendendo esta separação como divisão social do trabalho de leitura (Pêcheux, 1994).

O que estamos querendo dizer é que com a instituição do discurso romântico no Brasil, funda-se um imaginário de literatura (nacional) que sustenta a sua individualidade enquanto um saber próprio que “expressa a alma” (essência) nacional. Uma espécie de literatura como a nossa cultura que, em nosso entendimento, apaga a sua historicidade. Mas não falaremos sobre cultura neste trabalho. A questão, para nós, é como os estudos literários no Brasil vão se configurar e reivindicar outras filiações para romperem com este imaginário de literatura, naturalizado pelo discurso romântico.

Certamente, que estes estudos se fizeram e são feitos, a partir de filiações outras, mas, a nosso ver, tem aí uma questão central a ser respondida. Para se constituir enquanto literatura, a ciência precisa ser excluída. Desse modo, o que significa tomar o objeto literário a partir de teorias e métodos científicos da linguística? O que significa cientificizar a literatura? O que ela descarta para se constituir como própria? A nosso ver, tem uma questão importante aí, da ordem do conhecimento e da divisão social do trabalho de leitura.

Enquanto saberes, a ciência se constitui nesta ilusão de neutralidade (de descrição), isenta de “subjetividade” em que o sujeito estaria fora daquilo que diz, pois existiria um conteúdo acerca do objeto real, que falaria por si mesmo em sua evidência, já, na literatura, por sua vez, o dizer é afetado pelo sujeito e essa “subjetividade” conta decisivamente. O objeto não existe independentemente daquilo que se diz sobre ele, como está posto na ciência. O objeto na literatura se apresenta da própria maneira como falamos dele.

De nossa perspectiva teórica, é introduzindo a teoria do discurso de filiação materialista que podemos refletir, conseqüentemente, acerca desta questão, particularmente, em relação à textualidade de Iracema. O desdobramento desta teoria por Michel Pêcheux (1993) culmina em uma articulação de regiões de conhecimento muito produtiva que resulta na formulação de seu objeto próprio (o discurso) longe de ser concebido em sua unidade e completude, o que também não significa dizer que se trata de um objeto interdisciplinar ou plural, simplesmente.

Compreender o Romantismo enquanto um conhecimento literário brasileiro é deslocar sentidos para a língua nacional. Este conhecimento define seu próprio objeto de estudo que é significado como artístico e ficcional, no discurso textualizado em Iracema, processo de significação do literário em relação à nacionalidade, compreendida aqui como a historicidade do sentido (e não a expressão natural em sua essência).

Em Iracema, temos formulada uma língua outra (possível), se considerarmos que a prosa poética ou o poema em forma de prosa não é simplesmente uma questão de definir um novo

gênero literário em que a poesia fosse colocada em prosa, mas, sim, de compreender essa forma literária enquanto a discursivização do poético que faz irromper sentidos para a língua nacional. O equívoco, discursivamente falando.

A forma discursiva da textualidade de *Iracema* teoriza sobre a poesia nacional, distingue essa poesia nacional da poesia clássica da língua portuguesa europeia. Com esta forma discursiva, torna-se visível a diferença real entre a forma de conhecimento sobre a língua (nacional) produzida no Brasil a partir da segunda metade do século XIX e a forma de conhecimento produzida sobre a língua portuguesa clássica, nos séculos anteriores. A forma discursiva da textualidade de *Iracema* atesta a forma material da língua nacional e a relação entre esta língua e o sujeito nacional. Esta forma discursiva dá a conhecer o Brasil, ela constitui-se em uma poética do saber histórico sobre o Brasil.

Nesse sentido, a forma discursiva da textualidade de *Iracema* desloca-se da memória discursiva europeia, memória, esta, que conta, que imputa uma história que não é a deste país, mas sim a história contada pelo colonizador. A construção de uma poética do saber histórico no Brasil, por meio da textualidade de *Iracema*, põe em evidência o indígena e sua história, no entanto, isto é feito de maneira a simbolizá-lo (significá-lo) como mito (origem) e não como aquele que faz parte da história do Brasil, história, esta, aliás, feita de apagamentos e silenciamentos. Uma história que não é a dele, ou uma história da qual ele é excluído, apagado. Entretanto, a forma discursiva da prosa poética inscreve esta história, sujeita à interpretação, na memória da nação brasileira.

Vemos, na textualidade de *Iracema* (em suas notas, prefácio e carta ao Dr. Jaguaribe) que Alencar (2017) ressalta os costumes, as tradições e a linguagem dos indígenas como traços peculiares/característicos/culturais desses povos, mas não como diferenças históricas. Vale lembrar que também outros autores de sua época tomaram as tradições dos indígenas brasileiros e seus costumes como assunto de alguma obra literária, quando pensamos nesta questão do ponto de vista estritamente literário. No entanto, de nossa perspectiva teórica, não se trata meramente de aproveitar este assunto em uma obra literária, mas de um discurso que sustenta uma certa região da memória colonialista.

A obra literária, para nós, resulta de processos em que a atividade criadora envolve uma prática discursiva que não se limita ao “criar” ou a uma questão de inspiração. Esta é, a nosso ver, uma questão de linguagem, de autoria, de discurso, isto é, do funcionamento institucional da linguagem (em sua dimensão discursiva). Dessa forma, podemos dizer que o discurso romântico brasileiro, tendo em vista a instância literária constitui uma memória nacional com todos estes apagamentos. No entanto, sabemos a partir de Pêcheux (1999) que a memória “é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (Pêcheux, 1999, p. 56).

Embora, na textualidade de Iracema, Alencar (2017) defenda que a língua falada pelos indígenas seja “traduzida” para a língua do poeta brasileiro, ou seja, para a língua portuguesa, de nosso ponto de vista, isto sustenta a região da memória discursiva escrita da língua portuguesa. A nossa sociedade ocidentalizada está organizada em torno da escrita e a sua memória estrutura os saberes e a relação que os sujeitos estabelecem com eles. Esta suposta tradução da naturalidade da língua dos indígenas como o seu verdadeiro estilo, é como, segundo Alencar (Idem), deveria ser a poesia nacional, por isso a sua escolha pela prosa para tornar este efeito o mais “verossímil” possível. Assim, a prosa é a forma discursiva que de acordo com este autor expressa com exatidão a poesia nacional.

O poema clássico e o poema em forma de prosa (Iracema) não se diferem somente do ponto de vista formal, eles se materializam de modo diferente. Há uma historicidade que reveste estas formas de sentido, não sendo essência ou conteúdo simplesmente. Nestas formas discursivas, podemos ver o gesto de interpretação do sujeito da posição autor do discurso.

Concluindo...

A lenda representa imaginariamente na textualidade de Iracema o modo de ver o Brasil pela ótica do colonizador, posto que a história narrada/contada por ela atualiza uma certa região da memória colonialista. Na ilusão de contar a história “natural” do Brasil, Alencar (2017) repete (reproduz) o discurso do colonizador. Este natural representa imaginariamente o real da história. Ele é uma interpretação deste real. A lenda confere este efeito de naturalidade à história, pois foi contada pelos primeiros habitantes, em sua informalidade, que é o modo próprio de circulação deste discurso. Mas a história não é feita somente de repetições, há espaços para fissuras/brechas, divisões nesta memória discursiva, possibilitando a abertura para outras interpretações. A textualidade de Iracema é também espaço de polêmicas e de deslocamentos. Ela tem uma materialidade que explicita o gesto de interpretação literário em sua historicidade.

O saber literário nacional formulado na segunda metade do século XIX inscreve a ficção no seu domínio próprio. Em nosso trabalho, entendemos que, no caso específico de Iracema, a ficção coloca em funcionamento uma certa região da memória relativa ao desconhecido frente ao descoberto, com a chegada dos portugueses neste novo mundo, no século XVI. Ela “dispensa” as condições de produção do discurso textualizado em Iracema. Dessa forma, este saber atualiza uma certa região desta memória no fio do seu discurso por meio de uma narrativa (narratividade) ficcional/poética. A ficção de uma perspectiva estritamente literária é vista como a narrativa de um objeto não em sua “realidade”, mas em que entra fortemente a forma idealista da “imaginação” e da “fantasia”. Em nosso trabalho, deslocamos este sentido de ficção, pois, para nós, ele é historicamente

determinado. No discurso romântico brasileiro, e, especificamente na textualidade de Iracema, a ficção tem um funcionamento ideológico que produz o apagamento histórico da constituição deste sentido. Estamos querendo dizer que o sentido de ficção é constituído historicamente, não sendo, portanto, um mero fruto da imaginação do autor, conforme já dissemos.

O passado para o autor romântico é memorável e por isso precisa ser lembrado e exaltado com saudosismo. Nesta direção, Iracema ao contar uma lenda está “preservando” este passado, esta memória. É importante destacar que do ponto de vista da Análise de Discurso, a memória é irrepresentável. Esta lenda produz o efeito de sentido da origem do Brasil, de onde teve início o povoado do Ceará. Este efeito de sentido mítico/original apaga, por outro lado, a historicidade da materialidade discursiva em Iracema. O acontecimento discursivo em Iracema interpreta a história inscrevendo-se na memória discursiva colonialista. Entretanto, entendemos com Pêcheux (1990), que todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação – estruturação dessas redes de memórias e trajetos sociais.

Por fim, fazer um estudo da perspectiva da história das ideias literárias no Brasil acerca de Iracema consiste em compreender o processo de constituição dos efeitos de sentido no discurso textualizado em Iracema. Quais ideias literárias estão formuladas neste discurso? A institucionalização dessas ideias é fundamental para pensarmos na fundação de uma memória literária nacional e na estabilização de sentidos para o saber literário.

Referências

- ALENCAR, José de. **Iracema**. Ministério da Cultura – Fundação Biblioteca Nacional – departamento Nacional do Livro. [online] Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/iracema.pdf. Acesso em: 24 set. 2017.
- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2014.
- BARTHES, R. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- FRAGOSO, É. A. **A Relação entre Língua (Escrita) e Literatura (Escritura) na Perspectiva da História da Língua no Brasil**. Dissertação de Mestrado, IEL/Unicamp, 2001.
- FRAGOSO, É. A. **O discurso da estilística na história da produção gramatical e na constituição da língua nacional**. Tese de Doutorado, IEL/Unicamp, 2006.
- GUIMARÃES, E. & ORLANDI, E. (Orgs.) **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996.
- MARIANI, B. **Colonização linguística**. Campinas: Pontes, 2004.
- MEDEIROS, V. **A retórica da mediação: dois momentos**. Linguagem em (Dis) curso – LemD, Tubarão, SC, v. 19, n° 2, p. 355-371, jan./abr. 2019.
- ORLANDI, Eni. **A natureza e os dados** (A constituição histórica de um modelo de pesquisa de campo) Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, (27): 1-134, Jul./Dez. 1994.

PÊCHEUX, M. & FUCHS, C. A Propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e Perspectivas. In: GADET, F. & HAK, T. **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. São Paulo: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni. (Org.) **Gestos de Leitura**: da história no discurso. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Trad. e introdução José Horta Nunes, Campinas: Pontes, 1999.

SOUZA, R. A. de. **Teoria da literatura**. São Paulo: Ática, 2007.